

APRESENTAÇÃO

Quem ainda imaginasse o fim da sociedade rural como tema que emergiria necessariamente dos debates da mais recente reunião do CERU, deparou-se com uma riqueza etnográfica e sociológica de autores e assuntos sem precedentes. As transformações econômicas desarticulam e destroem relações sociais, mas há continuidades nesta descontinuidade bravia e bruta que é camponesa, mas também urbana.

Em primeiro lugar quero ressaltar que alunos de graduação e pós-graduação – em suas monografias de iniciação científica e em outros textos desenvolvidos nas disciplinas de Antropologia Rural do curso de Ciências Sociais escrevem sobre pesquisas em andamento com muita força interpretativa. Os temas variam segundo critérios inovadores de indagação, tais como língua e cultura, infância camponesa, modos de vida em terra de preto, bem como contratação de trabalhadores da produção canavieira.

Como coordenadora de um grupo de estudo, o GAIAA-CERU¹, que se reunia às quartas-feiras na sala de pesquisa desse centro de estudos, além de ministrar a disciplina “Parentesco e Organização social rural” na graduação do curso de Ciências Sociais da FFLCH-USP, consegui visualizar a importância do trabalho de Jonas Tadeu Viccari Fernandes, que, em co-autoria com sua professora-orientadora Márcia Santos Duarte Oliveira, escreveu sobre aspectos etno-linguísticos da comunidade quilombola de Jurussaca, no Estado do Pará. Tomando como objeto de estudo a cultura e a língua de um grupo propõe uma observação etnográfica que é básica para a etno-linguística. Paulo Rogers Ferreira enveredou por uma crítica avessa ao tratamento teórico-metodológico da “reprodução camponesa” trazendo

¹ Grupo de Antropologia Jurídica, Agrária e Ambiental – Centro de Estudos Rurais e Urbanos.

para a etnografia o amor e o erotismo que criam verdadeiros circuitos curtos ou, melhor, curtos-circuitos na circulação inerente às trocas matrimoniais. Passando seu plano interpretativo entre um ir e vir entre ser impúbere e ser púbere, participar ou não participar com o corpo e o sexo de rituais de passagem que levam os sujeitos observados a rituais eróticos, criou ele um debate em clima de diferenças e aproximações, todo um semestre porque, enquanto ele interpretava o quadro local analisado – uma comunidade camponesa no interior do Ceará – como uma oscilação entre a ambiguidade e o permissível, pensavam outros, inclusive eu, na oscilação entre o permitido e o interdito. Os debates se prolongaram e resultaram no convite para publicar o texto denominado “A criança camponesa: da ambiguidade ao permissível”, que inova o campo etno-histórico da infância e do erotismo com um caso empírico colhido em sua pesquisa de campo.

Convivi com Gilza Rojas Barreto durante dois anos como orientadora de sua monografia de iniciação científica sobre as festas no bairro rural do Pereirão enquanto eu própria redigia um texto sobre a vida familiar, festiva e sacramental da classe média abastada e culta do Rio de Janeiro de 1910 a 1960. Depois desse encontro, a vida acadêmica e pessoal nos separou. Revejo-a, enveredando pela Sociologia, continuamente fascinada pelos temas rurais. E ei-la redigindo um texto sobre um modelo de contratação coletiva: trata-se da abordagem dos condomínios de trabalhadores rurais, constituídos por fornecedores de cana para usinas do Oeste do Estado de São Paulo. Ao ler seu texto visualisei uma questão adjacente que me parece importantíssima: muitos trabalhadores da cana provêm das áreas camponesas do Norte e do Nordeste de Minas Gerais e vivenciam a condição de sujeitos sociais dúplices, pois são ao mesmo tempo trabalhadores rurais e sítiantes, deixando nestes últimos a mulher e os filhos no período de permanência em São Paulo.

Na linha dos trabalhos de campo de recorte antropológico pode-se considerar os pescadores artesanais como camponeses. Essa interessante sugestão interpretativa nos foi dada pelo antropólogo inglês Raymond Firth, no seu estudo clássico sobre os Malay Fishermen. As considerações de Wilson Moreira Júnior sobre a cadeia produtiva do pescado artesanal na Baixada Santista em São Paulo é uma boa descrição do que ocorre com esses camponeses do mar. Pelo estilo de redação do artigo incluí-o no feixe dos estudantes-pesquisadores do GAIAA, sem sua licença; foi uma decisão adequada para mim e espero que tenha sido também para ele.

A proposta do artigo “O perfil do bóia-fria”, de Eloah Risk, Mauro José Tereso e Roberto Abrahão, é particularíssima. O bóia-fria é o descendente social direto dos negros e escravos do Brasil colônia cuja herança é feita de luta pela liberdade. Enquanto o povo brasileiro hoje sofre o preconceito difuso de ser uma gente “ninguém”, o espectro do passado continua a atormentá-lo porque no processo de territorialização e desterritorialização

há momentos em que se reconhece e há momentos em que se busca a identidade perdida. Na visão dos autores, uma vida urbano-rural desse tipo passou a ser nem urbana nem rural. Na outra ponta social está a vida camponesa ou quase nada camponesa, enquanto essa inserção, desumana e trágica, se esmera na colheita de uma planta que alimenta febril o fabrico do etanol.

Como são várias as varetas do leque, as questões ambientais se inserem como variáveis conflitivas nesses quadros analisados: como entender um mundo rurbano que se anuncia, pois a conversão do uso da terra de sitiantes e outros tipos históricos afins em habitantes de áreas providas de sustentabilidade socio-ambiental configura uma busca de uma atividade rural “repensada” e “readequada” a uma nova relação com o meio ambiente. O que, por um lado, é um desafio civilizatório indispensável, mas, por outro, inaugura uma concepção social e cultural distinta – porque exógena – de como efetuar o manejo do modo de vida da unidade familiar. O que é ambientalmente correto é lido e vivido diferentemente pelos grupos humanos e, nesse sentido, o artigo de Marcelo A. Ennes busca desatar o nó da questão ambiental e da questão camponesa, quando afirmam que a satisfação dos agentes internos com os resultados da proteção à natureza não significou obrigatoriamente avançar “na divisão do modo de vida dos moradores”. A relação dos povoados com o poder público engessa de modo desigual moradores, donos de olarias, donos de cerâmicas, como aqueles que devem ser fiscalizados e penalizados por eventuais agressões à natureza e à legislação ambiental.

São esses os temas desenvolvidos por Marcelo Alário Ennes e Vitória Gehlen, que em abordagens distintas participaram da excelente contribuição dada por um outro feixe de indagações que este número da revista contempla: os trabalhos apresentados na mesa redonda “Novas e antigas configurações do rural e do urbano no Nordeste brasileiro: meio ambiente, trabalho e processos identitários”.

André Paulo de Barros e Karla Augusta Silveira, ancorando-se em Lefebvre, salientam que o espaço é um produto social – instrumento de dominação e poder, imbuído de contradições e conflitos. É de grande importância conhecer a classificação dos conflitos para observarmos como a dimensão ecológica dos mesmos está fortemente presente, a saber: conflito devido à desapropriação de terras circunvizinhas às barragens, conflito na instalação de redes de tratamento de esgoto, conflito entre moradores do Engenho Serraria e empresas potencialmente poluidoras, conflitos estes ligados, todos, a impactos ambientais indesejáveis aos moradores envolvidos.

Portanto, a regulamentação dos recursos ambientais por via única, a favor da industrialização a qualquer preço e da espoliação das comunidades tradicionais, vem se tornando, cada vez mais, mais uma dinâmica conflitiva digna de estudo e solução. Assim, a natureza e o alcance das interações

rural-urbanas provocadas por aquilo que os autores chamam de industrialização urbanizadora influem em fatores geográficos, demográficos e em sistemas de produção baseados na posse e no acesso a recursos naturais. Segundo os membros da mesa seria imperativo ouvir mais os atores sociais do que os autores governamentais que, pelo sistema comportamental gerado externamente às realidades socio-culturais consideradas, constroem destruindo e refazem desfazendo

Maria Renéude de Sá volta a “cair na cana” – para usarmos uma expressão dos sujeitos de pesquisa de John Cowart Dawsey – apresentando uma caracterização social de um grupo de camponeses assentados pela reforma agrária, egressos de um projeto de alfabetização. A posse da terra com aquisição de um pequeno lote na reforma agrária não resultou em mudanças significativas na qualidade de vida, pois a exclusão social reflete-se na exclusão escolar. Ler esse trabalho atualiza nossos conhecimentos sobre o imenso diferencial entre os que têm a “escrita” e os que não têm a “escrita”, expressões cunhadas por sítiantes de um bairro rural de Minas Gerais com os quais convivi e pesquisei em diferentes ocasiões. Demanda explícita do campesinato e dos trabalhadores rurais, o urbanamente denominado “processo de alfabetização” é simultaneamente um processo de inserção jurídica na carteira de trabalho e em outras contratualidades impressas; um processo de inserção na informação que não corre mais somente de boca-a-boca como no sertão e, sobretudo, uma inserção cultural num mundo festivo e midiático do qual eles desejam também participar.

E qual antropólogo ou antropóloga não escolheria, na diversidade quase infinita dos temas etnográficos, falar sobre os rituais e as “místicas”? Antropóloga e pesquisadora do Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain e do Centre d'Études Interdisciplinaires des Faits Religieux (EHESS, Paris), Marion Aubrée nos remete a um resumo de várias análises relativas aos fatos religiosos com base nos trabalhos de campo realizados em assentamentos localizados em diversas áreas de São Paulo. O trabalho, subdividido em etapas, analisa: em primeiro lugar, a atribuição separada dos campos religioso e político, que prima pelas oportunidades de reconstituir laços sociais com base nas festas religiosas, o que as condições socio-econômicas não permitiriam ainda durante vários anos. Tratava-se de dar continuidade a um universo devocional do catolicismo de raiz. Em segunda etapa, descreve a autora a reunião dos campos religioso e político. Não havia mais a divisão entre trabalho religioso e trabalho político: “a fé profunda no poder de Deus, se expressada pela importância da oração, entremeados de referências constantes a uma ética de vida que melhorasse sua vida local e o próprio mundo externo. Jesus era o modelo de vida.” Assim, tanto em Promissão como em Sumaré, segundo a autora, a coligação do MST com a “efervescência” religiosa, no sentido de Émile Durkheim, nas “Formas elementares da vida religiosa” a fé em Deus, transformação do mundo, solidariedade, estaria-

mos diante (quase) de um milenarismo camponês revivido? Não crê assim a autora, pois os tempos são outros...

É preciso insistir na questão metodológica principal desta apresentação: o bom trabalho de campo: “Ao longo da carreira docente, do mestrado à livre docência, a pesquisa de campo exerceu sobre mim crescente fascinação, encontrando nas fontes orais valioso instrumento para a investigação.” O texto de Maria Esther Fernandes nasce do desejo de narrar o que a memória e o diário de campo, ao longo da caminhada anotaram, como seguidora da grande mestra Maria Isaura Pereira de Queiroz, ao descrever seu encontro humano com o lavradores da Fazenda Primavera (Andradina, SP). Da Maria Isaura, sábia e ativa, que trazia sempre nas suas aulas comentários dos textos que eu, por vezes, lhe cedia para receber a crítica certa e rigorosa. É com essa herança da pesquisa-arte-artesanal que ela termina citando e sempre lembrando Roberto Cardoso de Oliveira, de constante memória, que destacou sempre o valor hermenêutico da *Verstehen* – a compreensão dos dados intersubjetivamente recolhidos (OLIVEIRA, 2006, p. 34) – nos seus cursos, dos quais fui aluna no Museu Nacional e nas minhas bancas de mestrado e livre-docência, das quais participou com a fecundidade intelectual de sempre.

É nesse registro segmentado, triplicado, do velho, do novo e do agora mesmo, dos camponeses e dos quase nada camponeses que ofereço também minha própria contribuição: por meio da nominação do legado dos bens móveis e das perdas materiais e imateriais em áreas estudadas em Minas Gerais: o Sul de Minas e o Nordeste de Minas. Trata-se também de uma reflexão feita nas já mencionadas reuniões quinzenais do GAIAA e em alguma sessão do curso de Parentesco e Organização Social, também já mencionado. Relato a impiedade das passagens tortuosas que marcam a vida dos humildes e dos subordinados.

Por fim, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas apresenta, de forma sucinta, mas muito atraente a obra de Dirce Maria Falcone Gracia, “Juventude em tempo de incertezas: enfrentando desafios na educação e no trabalho”, recentemente publicado pela editora Annablume, que traz tanto contribuições teóricas como metodológicas ao analisar um tema tão crucial nos tempos atuais. Trata-se de sua tese de doutorado defendida na UNICAMP, agora transformada em livro. Assim esta resenha, que se dirige especialmente a todos que atuam junto à juventude – pais e educadores – aponta para um trabalho que traça um perfil dos jovens do ensino médio noturno de Campinas, analisando seus motivos, representações e formas de apropriação da escola, de acordo com as condições de gênero, origem social, nível socioeconômico, ocupação, lazer e cultura.

Finalmente quero agradecer à Comissão de Credenciamento do Programa de Apoio às Publicações científicas periódicas da Universidade de São Paulo pela concessão dos recursos para publicação e marcação dos

textos para divulgação da revista na Internet, na pessoa de sua então presidente, Profa. Dra. Isabel Amélia Costa Mendes.

À Comissão Editorial do CERU e às co-editoras da revista CADERNOS, Célia Regina Toledo Lucena e Maria Christina Siqueira de Souza Campos, nossos mais calorosos agradecimentos.

À Lilian Prado Pereira, secretária do CERU, um sincero obrigada.

São Paulo, 13 de junho de 2010

Margarida Maria Moura

CERU e Departamento de Antropologia

FFLCH – USP